



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM DIREITO CONSTITUCIONAL

PORTARIA PPGDC Nº 02, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense, no uso das suas atribuições legais e regimentais, observando o previsto no artigo 5º, incisos III, VI, VIII, e parágrafo único, do seu Regimento Interno, estabelece a seguinte **retificação aos incisos I e II do artigo 6º do Edital PPGDC nº 03/2014**:

Art. 1º. Fica adiada para o dia 1º de novembro de 2014, sábado, a realização da prova escrita de conhecimento e da prova de proficiência em língua estrangeira do Processo de Seleção de Candidatos para o Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Constitucional – Turma 2015, passando os incisos I e II do artigo 6º do Edital PPGDC nº 03/2014 a ter a seguinte redação:

“Art. 6º - As provas seguirão o seguinte calendário:

I) A prova escrita de conhecimento terá a duração de 4h (quatro horas) e será realizada no dia 1º de novembro de 2014, de 9h às 13h, nas dependências da Faculdade de Direito da UFF;

II) A prova de proficiência em língua estrangeira terá a duração de 2h (duas horas) e será realizada no dia 1º de novembro de 2014, de 15h às 17h, nas dependências da Faculdade de Direito da UFF;”

Art. 2º. O mencionado adiamento justifica-se em razão de fato superveniente caracterizado pelo comunicado da Direção da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, recebido na presente data pela Coordenação do PPGDC, no sentido da indisponibilidade de utilização das suas dependências no dia 25 de outubro de 2014, tendo em vista a requisição do espaço pela Justiça Eleitoral para instalação de Zonas Eleitorais, que terão funcionamento no dia 26 de outubro de 2014, para o segundo turno das eleições para o Governo do Estado e a Presidência da República.

Niterói, 21 de outubro de 2014.



PROF. DR. ENZO BELLO
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Direito Constitucional (PPGDC)